

## **O PAPEL DA ANÁFORA INDIRETA NA PROGRESSÃO TEXTUAL<sup>1</sup>**

### *THE ROLE OF THE INDIRECT ANAPHORA IN TEXTUAL PROGRESSION*

**Joseli Fagundes Chaves<sup>2</sup> e Célia Helena de Pelegrini Della Méa<sup>3</sup>**

#### **RESUMO**

A anáfora indireta é um caso de referência textual, uma vez que, no processo discursivo, os interlocutores constroem referentes de acordo com sua intenção e o contexto em que estão inseridos. Esse processo de referenciação permite ao indivíduo criar objetos-de-discurso que contribuam para a continuidade referencial do texto. Neste trabalho, o objetivo é identificar diferentes tipos de anáforas indiretas e evidenciar o papel que desempenham na progressão textual. Para isso, foram analisados textos de jornais, revistas e excertos de livros em contraponto com a análise de alguns exemplos de anáfora direta. Essa análise tem como base uma pesquisa teórica que começa com a história da Linguística Textual, passando pelo processo de referenciação até chegar ao estudo da anáfora indireta. Os resultados apontam que o papel dessas anáforas não está ligado à noção de correferencialidade, porque é utilizada para introduzir referentes novos no texto e não para retomar elementos já introduzidos previamente, como é o caso da anáfora direta. Portanto, pode-se concluir que as anáforas indiretas são muito importantes na construção de sentido, pois, mesmo não tendo relação direta com um elemento antecedente, ancoram-se no universo textual, garantindo a progressão textual e, com isso, a coerência.

**Palavras-chave:** texto, referenciação, anáfora indireta.

#### ***ABSTRACT***

*The indirect anaphora is a case of textual reference, once in the discursive process the interlocutors construct referents according to the their intention*

<sup>1</sup> Trabalho de Especialização em Língua Portuguesa - UNIFRA.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Especialização em Língua Portuguesa - UNIFRA.

<sup>3</sup> Orientadora - UNIFRA.

*and the context where they are inserted. This process of referencing allows the individual to create speech objects which contribute to the text reference continuity. The purpose to this project is to identify different types of indirect anaphors and to evidence the role that they play in textual progression. We analyzed newspapers, magazines and book excerpts analyzed in opposition to the analysis of some examples of direct anaphora. This analysis is based on a theoretical research that starts with the history of the Textual Linguistics, passing by the referencing process until getting to the study of the indirect anaphora. The results point that the function of these anaphors is not connected to the notion of coreferencing, because they are used to introduce new referents in the text and not to retake previous elements already introduced, as it is the case of the direct anaphora. Therefore, it can be concluded that indirect anaphors are very important in the construction of meaning, for even though they do not have a direct relation with an antecedent element, they anchor in textual universe guaranteeing the textual progression and coherence.*

**Keywords:** *text, referencing, indirect anaphora.*

## INTRODUÇÃO

A Linguística Textual, segundo Koch (2004), tem como objeto de investigação o texto como uma forma de interação, de produção, de preservação e de transmissão do saber, pois é através dele que organizamos um evento comunicativo. Logo, o texto é muito mais do que uma sequência de enunciados; a sua compreensão e a sua produção derivam da competência textual e capacidade cognitiva de cada indivíduo.

A progressão textual se realiza de maneira extremamente variada e dinâmica, visto que os objetos-do-discurso não são estáveis, pois são entidades alimentadas e reproduzidas por sujeitos ativos.

O processo de referenciação é uma das formas de progressão textual. É postulado como uma atividade discursiva que resulta na construção de referentes. Esses são entidades vistas como objetos-do-discurso, porque são produtos da nossa percepção de mundo, assim, conforme postula Koch (2002), esses termos não são utilizados cossignificativamente, de forma que a significação será sempre contextualizada.

Os referentes podem ser modificados, desativados, reativados, construídos ou reconstruídos, conforme a progressão textual, ou seja, o sujeito faz escolhas que garantem os mesmos domínios de referência para que o texto tenha sentido e

facilite a compreensão por parte do leitor/ouvinte do seu real objetivo em determinada situação comunicativa.

Conforme Koch (2002), a introdução de um referente ocorre por meio do processo de ativação não ancorado, realizado quando um objeto-de-discurso é ativado pela primeira vez no texto, tornando-se um endereço cognitivo, e através do processo de ativação ancorado, que também se refere à introdução de um referente novo no texto, de modo que pode estabelecer uma relação de associação ou inferenciação com algum elemento presente no cotexto. Este último abrange o caso da anáfora indireta, que, por ser um tema pouco explorado, será nosso objeto de estudo.

A anáfora indireta, para Koch (2002) e Marcuschi (2005), é um processo de referenciação implícita, pois não possui um antecedente explícito no texto. No entanto, essas anáforas se ancoram em elementos presentes no co(con)texto sociocognitivo e semântico, estabelecendo uma relação indireta. As anáforas são consideradas um caso de referência textual, porque são referentes construídos, no processo discursivo, pelos interlocutores.

Por ser um tema muito pouco explorado, e considerando a necessidade de pesquisas que discutam essa atividade discursiva, analisaremos textos retirados de jornais, revistas e excertos de livros, para identificar os diferentes tipos de anáforas indiretas e o papel que desempenham na progressão textual.

## **HISTÓRIA DA LINGUÍSTICA TEXTUAL**

De acordo com Koch (2004), a Linguística Textual tem como objeto de investigação o texto, e não a palavra ou a frase isoladamente. No texto, uma forma de interação humana, ocorrem determinados fenômenos linguísticos que só podem ser explicados se forem analisados como um todo. No entanto, diferenças conceituais significativas na evolução dos estudos em Linguística Textual levaram a várias concepções de texto. Dessa forma, segundo a autora, é possível perceber três momentos que apresentam preocupações teóricas distintas.

O primeiro momento, de acordo com Koch (2002), é o da época do surgimento da Linguística Textual (segunda metade da década de 60 e primeira metade da década de 70), quando o interesse voltou-se para a construção de gramáticas do texto e/ou análise transfrástica, ou seja, para os fenômenos sintático-semânticos que ocorrem entre os enunciados. Koch (2004) acrescenta, ainda, que o estudo da relação entre os enunciados em um texto é feito através dos mecanismos interfrásticos, como a correferência, a pronominalização, a seleção do artigo, a ordem das

palavras, etc. Assim, no estudo das relações entre os enunciados, foi dada maior relevância às relações referenciais, mais precisamente aos processos correferenciais (anafórico e catafórico), já que esses são considerados um fator importante de coesão. Naquela época, os estudos sobre coesão eram prioritários, porque se acreditava estar englobando os da coerência, entendida simplesmente como uma característica do texto.

Koch (2002) acrescenta que credita à coesão textual os recursos que a língua possui para estabelecer relações anafóricas (remete a um enunciado anterior) ou catafóricas (remete a um enunciado que vem depois). Também existem mecanismos que expressam relações de sentido como: oposição/ contraste (mas, mesmo), finalidade (para), meta (para), consequência (foi assim que), localização temporal (até que), explicação/justificativa (porque), adição de argumentos/ideias (e).

A coesão estabelece uma relação semântica entre um elemento do texto e outro que seja essencial para sua interpretação, produzindo, dessa forma, relações de sentido entre elementos linguísticos, dando ao texto maior legibilidade. Talvez, por isso, os linguistas daquela época tenham incluído o conceito de coerência ao de coesão.

Dentro da perspectiva semântica, a coerência é somente um fator sintático-semântico responsável, conforme Charolles (1978 apud KOCH, 2004, p. 10), pelas macrorregras de coerência textual, repetição, progressão, não contradição e relação. Essas macrorregras vão desempenhar um papel mais significativo do que o postulado nesse período, porque, de acordo com Koch e Travaglia (1989), as metarregras de repetição e a de progressão são responsáveis pelas retomadas de elementos já enunciados no texto, ao mesmo tempo em que trazem informações novas, construindo, assim, com as demais macrorregras, a coerência.

Para Koch e Travaglia (1989), a metarregra de repetição, ou seja, de retomada de elementos já enunciados, é, em grande parte, realizada por mecanismos de coesão referencial, enquanto, na progressão, os mecanismos de coesão sequencial é que desempenham papel de maior relevância, o que leva os autores a postularem que a coerência ocorre, em parte, no texto, por meio de mecanismos coesivos. Logo, a coesão contribui para estabelecer a coerência, mas não a garante, pois, conforme Koch (2002) e Koch e Travaglia (1989), a coesão não é suficiente nem necessária para que um texto tenha sentido, já que existem textos que apresentam coesão, mas não apresentam coerência e textura, assim como existem textos desprovidos de elementos coesivos, mas com coerência. Essa proposta vai ao encontro do pensamento da época do surgimento da Linguística Textual.

O texto, entendido como unidade linguística superior, fez com que surgissem, principalmente entre os linguistas gerativistas (década de 70), as gramáticas textuais. Essas tinham a finalidade de “descrever categorias e regras de combinação da entidade T (texto) em L (determinada língua)” (KOCH, 2004, p. 5). Dessa forma, para a construção do sentido global do texto, era necessário considerar a intenção do falante ao estabelecer relações entre as sentenças.

O segundo momento, conforme Koch (2004), teve início a partir de 1980, com a chamada virada pragmática, isto é, a pesquisa se estende do texto ao contexto. A língua passa a ser concebida como um sistema atual, ativo, que se efetiva em contextos comunicativos diversos. A noção de texto é processual, levando-se em conta as intenções comunicativas e sociais do falante. O texto é analisado e explicado no uso e não mais como se fosse um produto acabado.

Dessa forma, o aspecto pragmático é que determina o aspecto sintático e semântico, já que o objeto de investigação é a unidade textual em funcionamento. Assim, a coerência efetiva-se por meio da interpretação pragmática (interação comunicativa), o que envolve princípios, desejos e valores dos falantes.

Ainda no interior dessa perspectiva, Koch (2002) coloca que houve uma significativa mudança no conceito de coerência, pois não é mais vista como mera propriedade ou qualidade do texto, mas sim, como um fenômeno que se constrói em cada situação de uso, de interação comunicativa. Reforçando essa ideia, Charolles (1983 apud KOCH, 2004, p. 20) acredita que “não existem sequências de enunciados incoerentes em si, visto que, numa interação, é sempre possível construir um contexto em que uma sequência aparentemente incoerente passe a fazer sentido”. Logo, é possível pensar que as atividades comunicativas, manifestadas por meio de textos, apresentam um contexto que permite perceber quem são os envolvidos nessa produção e quais objetivos sociocomunicativos os envolvidos estão pretendendo em determinada situação.

Quanto a essa questão, partindo da relação entre texto, contexto e usuário, Koch (2004) aponta que, além dos estudos a respeito da coesão (material linguístico, estrutura formal do texto) e da coerência (material conceitual, sentido do texto), critérios de textualidade centrados no texto, foram considerados outros fatores de textualidade, que, por sua vez, estão centrados no usuário. Conforme Beaugrande e Dressler (1981 apud KOCH, 2004, p. 35), são os seguintes: informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade, aceitabilidade (fatores pragmáticos), responsáveis por fazerem com que um texto seja um texto e não um amontoado de enunciados.

Ainda na década de 80, os estudos se direcionam ao processamento cognitivo do texto, ou seja, abordam questões de compreensão e produção textual ligadas à maneira como cada indivíduo irá representar e ativar seus conhecimentos no momento do processamento, bem como as estratégias sociognitivas e interacionais envolvidas nesse processo. Contudo, essa questão foi mais aprofundada a partir da década de 90, quando começa o terceiro momento da história da Linguística Textual. O texto passa a ser considerado o resultado do conhecimento cognitivo do falante, uma vez que traz consigo uma bagagem sócio, histórica e cultural. Logo, em uma situação de interação, o texto se constrói através da ativação de conhecimentos e experiências dos interlocutores. O sentido (coerência) está na capacidade cognitiva de cada indivíduo.

Conforme Koch (2004), existem quatro sistemas de conhecimento que permitem o processamento textual, que são: o conhecimento linguístico, o enciclopédico, o interacional e o referente a modelos textuais globais. O primeiro diz respeito ao código (gramática), em que é preciso conhecer a língua para que possamos entendê-la, e ao léxico, que é o sentido dentro do contexto.

O conhecimento enciclopédico, também conhecido como semântico ou conhecimento de mundo, refere-se a todo o conhecimento que temos armazenado em nossa memória, que tanto pode ser episódico (conhecimentos adquiridos no dia a dia) ou socioculturalmente determinado, ocupando lugar na memória enciclopédica ou semântica, já que são proposições generalizadas, comum a todos. Essa é uma estratégia cognitiva do processamento textual, uma vez que esse não depende somente das características textuais, mas também das convicções, crenças e cultura dos produtores de texto.

Já o conhecimento sociointeracional refere-se à interação dos falantes por meio da linguagem. Poderíamos dizer que essas estratégias interacionais são determinadas, social e culturalmente, fazendo com que as pessoas saibam o que podem e o que devem dizer em uma determinada interação verbal. Esse conhecimento engloba, também, o conhecimento ilocucional, que se refere ao resgate das intenções de quem produziu o texto; o comunicacional, que está voltado para a utilização de informações, tipo de texto e variante linguística que realmente sejam úteis e ajudem na compreensão dos objetivos do produtor do texto. Já o metacomunicativo é visto como o conhecimento das várias maneiras de usar a língua para garantir uma melhor compreensão do texto. Esses três conhecimentos são estratégias textuais que permitem aos interlocutores escolherem o tipo de texto mais adequado ao contexto e, assim, produzirem o efeito de sentido desejado. Portanto, essas estratégias textuais também são sociognitivas e interacionais.

Por último, temos o conhecimento sobre estruturas ou modelos textuais globais. Através desses, os falantes são capazes de reconhecerem os gêneros ou tipos textuais, chegando, mais facilmente, à função sociocomunicativa que tal texto pretende exercer. Segundo a autora, os diversos sistemas de conhecimentos são ativados pelo processamento textual que, por sua vez, é estratégico, pois o produtor, em cada texto, armazena seus artefatos culturais para atingir determinada finalidade em dado contexto.

De acordo com Koch (2004), na perspectiva sociocognitivo-interacionista, não se acredita na concepção de mente desvinculada do corpo, da qual o cognitivismo clássico se ocupava. Essa perspectiva estuda, a fundo, a relação entre cognição, cultura e interação, já que muitos processos cognitivos acontecem na sociedade e não somente nos indivíduos. Se pensarmos “no que acontece num restaurante para que o prato possa chegar à mesa dos fregueses” (KOCH, 2004, p. 31), podemos perceber que é um fato desenvolvido culturalmente, a organização dessa ideia na mente do indivíduo é automática, porque é socialmente comum, ou seja, é resultado das diversas ações comuns vividas pelas pessoas, não é particular de um ou outro indivíduo.

Na linguagem ocorre o mesmo, uma vez que as situações comunicativas nada mais são do que ações conjuntas, logo a coordenação com os outros se faz necessária porque são constituídas em um determinado contexto com finalidades sociais já traçadas. Assim, a cognição pode ser considerada um conjunto de conhecimentos que se constituem na linguagem que, por sua vez, se realiza pela interação dos indivíduos. Essa interação ocorre no texto e faz com que os sujeitos, que são leitores ativos, produzam sentidos. Dessa forma, a coerência (sentido) está na capacidade cognitiva de cada um.

Nesse sentido, Koch e Travaglia (1989) colocam que a coerência muito depende da relação do texto com seu receptor (suas crenças e intenções comunicativas), seu conhecimento de mundo (responsável pela adequação ao mundo textual do produtor do texto) e do domínio que possui dos elementos linguísticos utilizados numa dada situação.

Koch (2004) entende que os estudiosos começaram a interessar-se por questões de ordem sociointeracional da linguagem que englobam, entre muitos outros, temas como as várias formas de progressão textual (progressão referencial, formas de articulação textual, progressão temática, progressão tópica e referenciação). Esse último tema, de maior relevância para nosso trabalho, será explorado no decorrer do texto.

## REFERENCIAÇÃO

Para Koch (2002), a referência antes considerada mera representação do mundo extramental (significado), em que havia uma relação de significação rígida entre linguagem e mundo, agora passa a ser considerada um resultado da criação discursiva. Isso porque a realidade não é mera representação do mundo, mas é resultado da interação sociocognitiva dos indivíduos com o mundo. Nesse sentido, Koch (2004) acrescenta que os objetos-de-discurso são construídos e reconstruídos num processo de manipulação da percepção da realidade, tornando-a mais significativa. Desse modo, propõe que se substitua a noção de referência pela noção de referenciação, a qual é postulada como uma atividade discursiva, que resulta na construção de referentes.

Conforme Koch (2002), o referente é produto de nossa percepção do mundo, do real. Os referentes são entidades vistas não como objetos-de-mundo, mas como objetos-do-discurso que, por sua vez, não são estáveis. São entidades alimentadas e reproduzidas pelo sujeito, portanto podem ser modificados, desativados, reativados, construídos ou reconstruídos, conforme a progressão textual. Os objetos-de-discurso não pré-existem ao discurso, mas são construídos no seu interior. Dessa forma, a realidade é um produto da nossa percepção cultural, ela é transformada em referente, já que está expressando o ponto de vista do sujeito. Logo, dizer o real não coincide como real, porque cada objeto-do-discurso corresponde a uma visão pessoal.

Koch (2004) acrescenta que categorizamos o mundo a partir da nossa capacidade perceptiva (social e cultural) e motora (física). Logo, no discurso, as palavras assumem diferentes significados, porque estão sob a ótica de alguém. Assim, o indivíduo tem ao seu dispor uma série de alternativas para designar referentes, inclusive os mesmos referentes para formas remissivas variadas. Esses termos não são utilizados cossignificativamente, porque a significação será sempre contextulizada.

Portanto, para a referida autora, a visão de língua e linguagem é não referencial, por não ser simplesmente uma forma e representar o mundo extramental. A língua não serve como mero instrumento de espelhamento da realidade. Os dados sensoriais são reelaborados para uma melhor compreensão e interpretação do discurso. Contudo, a autora alerta que essa reelaboração não é totalmente subjetiva e individual, uma vez que deve obedecer a algumas restrições culturais, sociais etc., já que, no momento em que a língua se torna discurso, faz-se necessário

buscar conhecimentos socialmente compartilhados e discursivamente construídos e reconstruídos. Isso significa que, para que duas ou mais pessoas possam se entender, é preciso que seus contextos cognitivos estejam parcialmente assemelhados.

De acordo com essa ideia, Koch (2004) postula que a língua, para existir, depende dos sujeitos sociais que a utilizam e dos eventos discursivos mobilizados por percepções e saberes linguísticos e sociocognitivos que, como já dissemos anteriormente, não são estáticos, uma vez que se constroem tanto sincrônica como diacronicamente dentro das diferentes situações enunciativas.

A autora defende a ideia de que a noção de língua não deve se esgotar no código, porque é através da linguagem, que se realiza no texto, que representamos o nosso mundo, no qual o real é transformado em referente. Nesse sentido, a referenciação e a progressão referencial tem o objetivo de construir e reconstruir os objetos-de-discurso. Dessa forma, a um referente poderão ser acrescentadas informações novas, o que leva a autora a distinguir as categorias de referir, remeter e retomar.

A retomada ocorre através de elementos linguísticos e implica remissão e referenciação. Ou seja, a retomada nem sempre faz uma retomada referencial, é, muitas vezes, apenas uma espécie de remissão que estabelece uma continuidade no discurso. Remeter implica referenciação; é uma forma de fazer remissão a um referente, mas não necessariamente o retoma. Por fim, a referenciação é criar um objeto de discurso em determinado momento, o que não implica remissão nem retomada.

Durante o processo de referenciação, o sujeito faz escolhas que irão melhor concretizar o seu “querer-dizer” em determinada interação verbal. Dessa forma, a continuidade referencial não é, necessariamente, sinônimo de estabilidade ou identidade entre referentes. Conforme Koch (2004), as seleções feitas pelo sujeito, com os conteúdos implícitos, são armazenados na memória discursiva, para mais tarde serem retomados por meio de elementos anafóricos que, por sua vez, retomam os saberes construídos pelo texto e os conteúdos inferenciais somados aos conhecimentos culturais e enciclopédicos dos indivíduos.

Essa manutenção dos objetos-de-discurso dá origem às cadeias referenciais ou coesivas, responsáveis pela progressão referencial, o que permite ao ouvinte/leitor assinalar direções argumentativas, pontos de vista do produtor do texto, auxiliando-o na construção do sentido. Koch (2004) postula a pronominalização (anafórica ou catafórica) como estratégia de referenciação, que ocorre pelo uso de pronomes, de expressões nominais definidas, e de expressões nominais indefinidas. Essas expressões nominais anafóricas têm por finalidade recategorizar os objetos-de-discurso em função dos objetivos do enunciador.

De acordo com a autora, a progressão referencial pode ser entendida como a introdução, preservação ou retomada de referentes textuais. É baseada em algum tipo de referenciação que, por sua vez, segue os princípios de ativação, reativação e desativação.

A ativação ocorre quando um referente textual é introduzido pela primeira vez, é a expressão linguística que fica em foco na memória como modelo de referente. Já a reativação é postulada como a ativação, por meio de uma forma referencial, de um referente textual já introduzido. A desativação é a ativação de um novo referente, que passa a ser o foco, desativando automaticamente o referente textual que estava em saliência anteriormente, mas não deixa de ter um endereço cognitivo, porque já é uma informação adquirida e pode ser novamente ativado.

Conforme Koch (2002), a introdução/ativação de um referente textual ocorre através de dois processos: processo de ativação não ancorado e ancorado. A introdução não ancorada ocorre quando um objeto-de-discurso é introduzido no texto pela primeira vez, tornando-se um endereço cognitivo. E a ativação ancorada ocorre, quando um objeto de discurso, também novo, é introduzido no texto, mas pode estabelecer uma relação de associação ou inferenciação com outro elemento presente no cotexto ou contexto sociocognitivo.

A ativação ancorada de objetos pode ocorrer por meio de anáforas associativas e anáforas indiretas. As anáforas associativas envolvem as relações metonímicas e as relações de ingrediência, um elemento é ingrediente de outro, logo o cálculo de sentido é menor porque o que está sendo dito está bastante próximo do que já foi dito, tornando-se de fácil associação. Já a anáfora indireta é aquela que, como o nome já diz, estabelece uma relação indireta, construída inferencialmente, ou seja, o cálculo de sentido não é imediato, assim, para uma melhor compreensão, é preciso que o indivíduo busque relações entre os objetos-de-discurso a partir do cotexto, com base em seu conhecimento de mundo. Por ser objeto de estudo relevante e pouco explorado, elegeu-se essa modalidade de anáfora para explicitar.

## ANÁFORA INDIRETA

De acordo com Marcuschi (2005), o termo anáfora, na retórica clássica, era usado para indicar a repetição de um elemento que havia sido mencionado no início de uma frase. No entanto, na atualidade, esse termo é usado para designar expressões que reportam a um referente, retomando-o ou não, o que contribui para continuidade tópica e referencial.

Para Koch (2002) e Marcuschi (2005), as anáforas indiretas caracterizam-se por não possuírem uma expressão antecedente ou subsequente explícita no cotexto, mas existe um elemento, presente no cotexto ou contexto sociocognitivo ou semântico, com o qual fazem relação, chamado âncora. As âncoras são decisivas para a interpretação dessas anáforas, porque estabelecem pontes entre as informações já dadas e as novas, o que permite aos referentes serem ativados pelos processos cognitivos inferenciais, mobilizando, assim, os conhecimentos armazenados na memória dos indivíduos. Isto é, a interpretabilidade ocorre referencialmente, mesmo não havendo um antecedente explícito no texto. Logo, constitui um processo de referenciação implícito. Também são características da anáfora indireta a presença de expressões nominais definidas, indefinidas e pronomes na sua realização, e a inexistência de relação de coreferência entre a anáfora e sua âncora, havendo apenas uma estreita relação conceitual. Conforme exemplo (1)<sup>4</sup>:

(1) Há alguns anos, as *pichações* que passaram a borrar casas, edifícios e monumentos de São Paulo – e de outras grandes cidades brasileiras – começaram a ganhar características novas. Pode-se questionar se políticas apenas repressivas são a melhor forma de enfrentar o problema – ainda que nesse quesito, elementar, o poder público pareça complacente, já que, conforme a reportagem, *as gangues* reúnem-se semanalmente com hora e local marcados. Merecem apoio iniciativas que possam, de forma positiva, atrair os pichadores pra atividades menos predatórias

*As gangues* é uma expressão nominal definida, que desempenha o papel de anáfora indireta, porque não apresenta um antecedente explícito no cotexto. Com isso, estabelece uma relação indireta com sua âncora, representada pela palavra *pichações*. Como podemos perceber, o cálculo de sentido feito para que possamos estabelecer essa relação não é imediato, o que ocorre é um processo de referenciação implícito. Mesmo não havendo uma relação explícita da anáfora com seu antecedente, existe um vínculo coerente, ou seja, o próprio co(con)texto nos leva a estabelecer relações entre *pichações* e *as gangues*. Isso significa que o modelo do mundo textual é que nos dá condições de interpretação, baseado em nosso conhecimento de mundo e potencial inferencial.

Para Koch (2004), esse tipo de anáfora desempenha um papel importante na construção da coerência, porque no processamento textual vão surgindo diver-

<sup>4</sup> Exemplo citado por Koch (2004).

os elementos significativos, e, somente no cotexto, fica claro qual deles vai ser selecionado para a interpretação. No entanto, se o texto apresentar um grau muito elevado de informações vai se tornar incoerente, porque o interlocutor não vai conseguir estabelecer relações entre as informações novas e as informações que já lhe são conhecidas.

Com isso, Marcuschi (2005) considera que a anáfora indireta é um caso de referência textual, ou seja, são os referentes construídos, no processo discursivo, pelos interlocutores e o contexto em que estão inseridos, bem como a intenção pretendida pelos usuários da língua em dada situação de interação. Diante disso, segundo o autor, os processos cognitivos e as estratégias inferenciais formam um universo textual em determinada atividade de textualização. Assim, conforme postula Koch (2004), as relações semânticas e/ou informações conceituais, assim como o potencial inferencial, que, por sua vez, permite a dedução de partes integrantes de um referente no modelo textual, são a base para a interpretação das anáforas indiretas. Marcuschi (2005) acrescenta ainda que aspectos como: conhecimentos semânticos, conhecimentos conceituais e modelos do mundo textual também contribuem para a interpretação dessas anáforas. No entanto, são aspectos próprios, mas não específicos das anáforas indiretas, porque muitas anáforas diretas baseiam-se nesses princípios para realizarem a reativação de referentes.

As anáforas indiretas, segundo Koch (2002), desencadeiam dois processos essenciais para a progressão textual: o processo de ativação, que é a introdução e novos referentes (informação nova) e o processo de reativação/retomada que garante a continuidade referencial, isto é, a remissão constante à ideia central do texto, aos mesmos domínios de referência, contribuindo assim para a progressão referencial global, ou seja, a coerência.

Marcuschi (2005) acrescenta que a anáfora indireta é responsável pela ativação de referentes novos, e não reativação/retomada de referentes já conhecidos, como é o caso da anáfora direta que, por sua vez, retoma um antecedente previamente introduzido e funciona como uma espécie de sinônimo, ou seja, estabelecendo uma relação de correferência. Conforme o autor, é esse ponto que diferencia os dois tipos de anáforas; logo, seu processamento pode ser representado pelos seguintes esquemas<sup>5</sup>:

Esquema I

I: Processamento da Anáfora Direta

SNa

SNb

evoca

específica

específica

Ea

<sup>5</sup> Os esquemas I e II foram propostos por Marcuschi (2005).

Nesse exemplo, o SNa (sintagma nominal na função de antecedente) evoca e especifica um referente, já o SNb (um sintagma ou pronome na função de anáfora) correferencia e coespecifica, isto é, reativa o referente que o antecede. Desse modo, o símbolo Ea significa que a especificação referencial da anáfora é a mesma de seu antecedente.

#### Esquema II

##### II: Processamento da Anáfora Indireta

SNa ..... SNb

evoca	evoca
especifica	especifica
↓	↓
Ea	Eb

No esquema II, o SNa especifica e evoca um referente, assim como o SNb faz com seu próprio referente, representado no esquema por Ea e Eb. A relação que existe entre Ea e Eb é referencial, ou seja, vai depender da capacidade cognitiva e discursiva, ou de algum tipo de associação realizada pelos usuários da língua em determinado contexto.

No entanto, muitas vezes, as anáforas indiretas surgem no texto como expressões referenciais já conhecidas, porque além de estabelecerem pontos e ancoragem com algum elemento antecedente fazem parte do mesmo universo textual. Esse evento, segundo o autor, assemelha-se a uma ativação-reativação na continuidade do domínio referencial. É o que ocorre, por exemplo, com a expressão “*garçom*”<sup>6</sup>, no exemplo (2):

(2) “Ontem fomos a *um restaurante*. *O garçom* foi muito deselegante e arrogante”.

A expressão *O garçom*, mesmo sendo um referente novo, parece já ser conhecida porque está ancorada ao antecedente *um restaurante*, reativando-o, de certa forma, porque os dois termos nos levam aos mesmos domínios de referência. Podemos acrescentar que o conhecimento de mundo ativado pelos processos cognitivos inferenciais são extremamente importantes para a interpretação desse enunciado. Mesmo não havendo uma retomada direta, a continuidade temática e a coerência ficam garantidas, porque há pontos de ancoragem que estabelecem relações entre a informação nova e a dada, uma vez que o leitor ativa seu esquema cognitivo, o que permite tais relações.

<sup>6</sup> Exemplo citado por Marcuschi (2005).

Assim, de acordo com Koch e Travaglia (1989), podemos dizer que a coerência é construída a partir de uma interação texto/produtor/leitor/ouvinte que ocorre no processamento textual, por meio da capacidade cognitiva dos interlocutores. Conforme postula Marcuschi (2005), a coerência passa a ser compreendida como um fator de interpretabilidade, é um processo que acontece na relação entre indivíduos, operando sobre o texto e não apenas como uma característica textual, como era postulada na época do surgimento da Linguística Textual (segunda metade da década de 60 e primeira metade da década de 70).

Conforme Marcuschi (2005, p. 61-67), as anáforas indiretas são essencialmente processuais, porque introduzem referentes novos ligados a âncoras contextuais e a diversos modelos cognitivos. Essas âncoras podem ser lexicais (conhecimentos semânticos armazenados no léxico), que formam o primeiro tipo de anáfora indireta. Já o segundo tipo apresenta âncoras situadas no modelo do mundo textual (conhecimento conceituais, baseado em modelos mentais, conhecimento de mundo e enciclopédico), ligadas ao processo de inferenciação.

O primeiro, que são os tipos semanticamente fundados, subdividem-se em anáforas indiretas: (1) baseadas em papéis temáticos dos verbos; (2) baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos; (3) baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais. O segundo são os tipos conceitualmente fundados que, por sua vez, subdividem-se em anáforas indiretas: (4) baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual; (5) baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações; (6) esquemáticas realizadas por pronomes introdutores de referentes.

1- Anáforas indiretas, baseadas em papéis temáticos dos verbos: deve-se observar qual item lexical preenche o papel temático do verbo que ficou implícito no texto.

2 - Anáforas indiretas, baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos: são as mais frequentes e estão ligadas a relações parte-todo, chamadas meronímias. Estabelecem, por vezes, relações hipo e hiperinímicas e lexicais.

3 - Anáforas indiretas, baseadas em esquemas cognitivos e modelos mentais: dizem respeito ao conhecimento de mundo organizado, que se encontra armazenado em nossa memória de longo prazo que, de forma implícita, pode ser ativado por itens lexicais, funcionando como uma ampliação de conhecimentos semânticos.

4 - Anáforas indiretas, baseadas em inferências ancoradas no modelo do mundo textual: através de estratégias inferenciais podemos identificar que essas anáforas estão ligadas a informações que estão explicitadas no próprio texto, ou seja, no modelo do mundo textual precedente. Também entra aqui o que o autor chama de anáfora indireta elíptica, isto é, são as proformas, que, embora não reativem referentes prévios, estão ancoradas em um universo textual prévio.

5 - Anáforas indiretas, baseadas em elementos textuais ativados por nominalizações: nesse caso, as anáforas possuem uma relação direta com o verbo ou com partes textuais inteiras (nesse caso, vêm constituídas de nome e um determinante – pronome demonstrativo), no entanto, não são consideradas anáforas diretas porque não retomam nenhum referente de forma pontualizada.

6 - Anáforas indiretas esquemáticas, realizadas por pronomes introdutórios de referentes: esse pronome tem a função de ativar novos referentes, baseados em elementos prévios introduzidos no discurso, ou seja, sua interpretação é possível porque aparece ancorada em um elemento anterior que, por sua vez, vem confirmado por um elemento lexical posterior.

Com isso, Marcuschi (2005) postula que, em todos esses seis tipos, a solução da anáfora indireta está na busca de uma âncora semântica, conceitual ou processual. Para compreendê-la, é necessário mobilizar conhecimentos adequados e buscar, no contexto, as âncoras oferecidas. Isso quer dizer que as anáforas trabalham ancoradas em domínios cognitivos dos interlocutores.

## METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, selecionamos como referencial teórico básico Koch e Travaglia (1989), Koch (2002, 2004) e Marcuschi (2005). A partir dos pressupostos teóricos abordados, buscamos analisar o papel da anáfora indireta na progressão textual. Para melhor esclarecer essa questão, fizemos um contraponto a partir da análise de dois exemplos de anáfora direta para depois analisarmos casos de anáforas indiretas nos seus diferentes tipos.

Para isso, escolhemos, como *corpus*, fragmentos dos textos “Enjôo em alto mar”, “Programa contra gravidez precoce deve ser retomado” e “Lula admite apoiar outro partido na eleição de 2010”, publicados no jornal **Zero Hora**, datados, respectivamente, de janeiro e maio de 2007, do caderno **Zero Hora**/Viagem, caderno principal, p. 32 e capa da revista **Nova Escola** (jan/fev 2007), do artigo “Só um time unido chega lá”, da revista **Caras** (11/05/2007), da entrevista “Tobey Maguire em família”, da revista **Veja** (jun/2007), da matéria “Fui para um spa e não passei fome” e excertos dos livros **O Primo Basílio**, de Eça de Queirós (QUEIRÓS, 1998, cap. VI, p. 213), e da **High School Musical**; um romance adolescente (BESOZZI, 2006, cap. 8, p. 125).

Elegemos esses textos, porque revelam linguagens variadas e usuais em nosso dia a dia, o que exemplifica, de forma concreta, a utilização frequente de elementos anafóricos em nossa produção discursiva.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que possamos discutir essa proposta, iniciamos fazendo um contraponto com a anáfora direta que estabelece uma relação de correferência com seu antecedente. Retoma um referente previamente introduzido e funciona como uma espécie de sinônimo desse referente. É o que podemos perceber nos exemplos (3) e (4):

(3) “*O Ministério Público (MP)* recomendou ontem que a prefeitura da Capital reinicie o programa contra gravidez precoce.

Para *os promotores*, a plenária do Conselho Municipal da Saúde (CMS) que suspendeu o projeto, em dezembro, violou regras do seu próprio regimento interno” (Zero Hora, 30/01/2007).

A expressão *os promotores* desempenha o papel de anáfora direta, pois correferre e coespecifica o seu antecedente, *O Ministério Público*, porque a anáfora (*os promotores*) e o seu referente (*O Ministério Público*) tem a mesma carga conceitual, ou seja, especificação referencial de ambas as expressões é a mesma.

(4) “Com a temporada de *cruzeiros marítimos* em alta, um problema conhecido dos passageiros, mas quase sempre colocado em segundo plano, pode ser o grande estragaprazeres da viagem: os enjôos em alto-mar. Apesar de os roteiros serem realizados em *navios de grande porte* com potentes estabilizadores, ou seja, que pouco balançam, é comum que ocorra um pequeno balanço no deslocamento entre uma cidade e outra que dure algumas horas. (...)” (Zero Hora, 30/01/2007).

Aqui há uma retomada pontual, explícita de um antecedente previamente introduzido no texto, ou seja, o referente, *cruzeiros marítimos*, está sendo reativado pela anáfora direta, *navios de grande porte*. Essa expressão aproxima-se bastante do que já foi dito anteriormente, logo o cálculo de sentido que fazemos para estabelecermos relações entre a anáfora e seu referente é bem pequeno. Uma expressão está sendo usada como sinônimo da outra, isto é, o nome-núcleo é diferente, mas o sentido é igual.

Já na anáfora indireta, o que ocorre é um processo de referenciação implícito. Podemos perceber que o cálculo de sentido que fazemos para estabelecer relações entre a anáfora e seu antecedente não é imediato, uma vez que esse último não aparece de forma explícita no texto. Esse tipo de anáfora vem ancorada, ou seja, relacionada de alguma forma a elementos já presentes no cotexto ou contexto sociocognitivo. Trata-se de uma relação indireta que se constrói, inferencialmente, através de nosso conhecimento de mundo e da nossa capacidade cognitiva. Vejamos os exemplos (5), (6), (7), (8), (9) e (10):

(5) “Exercia-se numa *saleta estreita*, com mosquiteiros de papel pendentes *do teto encardido*, alumiada por *duas tristes janelas-de-peito*. Um vasto sofá ocupava quase *a parede* do fundo; (...).” (O Primo Basílio, de Eça de Queirós).

Nesse exemplo, temos um caso de anáfora indireta de subtipo 2, ou seja, aquelas baseadas em relações semânticas inscritas nos SNs definidos. Partimos de estratégias cognitivas e, a partir de um conhecimento semântico, estabelecemos relações lexicais entre as anáforas e sua âncora. O que ocorre é uma relação inferencial, reforçada pelo léxico, entre o todo e suas partes. Destaca-se que a expressão *saleta estreita* (âncora lexical) tem como partes integrantes *do teto encardido*, *duas tristes janelas-de-peito*, e *a parede*. As anáforas indiretas remetem aos mesmos domínios de referência, isto é, a saleta apresenta teto, parede, porta e janela como qualquer outra. Logo, os pontos de ancoragem entre as informações novas e a dada possibilitam a continuidade temática, o que garante a coerência e a progressão textual.

(6) “A escola tem também classes da 5ª série ao Ensino Médio - e o clima de trabalho é o mesmo. Além das aulas de reforço, os jovens participam de atividades de arte, teatro, capoeira e esportes no contraturno e nos fins de semana. *O diretor* aposta: na próxima avaliação, as turmas de 8ª série serão destaque” (revista Nova Escola, jan/fev 2007, p. 35).

A expressão *O diretor* não está retomando nenhum referente prévio, o que ocorre é uma relação indireta da anáfora com seu antecedente, *A escola*. Nesse caso, a anáfora indireta se ancora no texto precedente e, a partir do nos-

so conhecimento de mundo, conseguimos estabelecer a relação que existe entre as duas expressões, como um esquema cognitivo em que vários elementos são possíveis de ativação, mas só um vai ser selecionado em função de conceitos e relações cognitivas armazenados na memória. A interpretabilidade ocorre referencialmente, mesmo não havendo um antecedente explícito no texto. Esse é um caso característico de anáfora indireta do subtipo 03, pois há uma ampliação dos conhecimentos semânticos, uma vez que qualquer tipo de empresa também pode ter um diretor, logo não é específico de escolas. Nesse sentido, o elemento anafórico assume um significado, conforme o ponto de vista do produtor do texto, mas o sentido que se estabelece para determinado objeto-de-discurso não pode ser exclusivamente individual, ou seja, tem que obedecer ao contexto cultural do leitor/ouvinte para que haja comunicação.

(7) “Ao conceder a primeira entrevista coletiva do segundo mandato, *o presidente Lula* não mostrou receio em polemizar com os companheiros de formação política. *O petista* afirmou que, para receber o seu apoio na próxima eleição presidencial, o candidato não precisa de seu partido. *O ex-sindicalista* também criticou paralisações no serviço público. (...)” (Zero Hora, 16/05/2007).

Em primeiro lugar, percebemos que as expressões *O petista* e *O ex-sindicalista* são definidas, o que é uma característica das anáforas indiretas. Outro ponto a ser observado é que essas expressões não estão retomando, de forma direta, um antecedente, mas estão estabelecendo uma relação de referenciação implícita, ou seja, as informações semânticas novas são introduzidas de forma gradual, ancoradas no elemento antecedente, *o presidente Lula*. A anáfora indireta está ancorada no modelo do mundo textual antecedente e, por isso, encaixa-se no subtipo 4. Assim, as informações mobilizadas pelo texto, com o conhecimento de mundo (saber que o presidente Lula é petista, e que, no passado, foi sindicalista) ativado por processos inferenciais, permitem estabelecer um vínculo coerente entre a anáfora e seu antecedente. Ainda, podemos salientar que, quando aparece no texto o referente novo *O ex-sindicalista*, ele desativa automaticamente o referente *O petista* que estava em evidência. No entanto, esse SN não perde seu endereço cognitivo, porque, uma vez que um referente é ativado, torna-se uma informação que armazenamos em nossa memória discursiva. Conforme a progressão textual, novos elementos anafóricos podem ser ativados e as informações já dadas podem servir de âncoras, o que contribui para a progressão do texto.

(8) “O árbitro *jogou* a bola no ar para a partida inicial e *o jogo* começou!” (*High School Musical*; um romance adolescente, p. 125).

Esse exemplo se refere ao subtipo 5, no qual podemos observar, em primeiro lugar, uma das características das anáforas indiretas, ou seja, *o jogo* é uma expressão nominal definida. Também, observamos a inexistência de relação correferencial entre a anáfora e sua âncora, representada pelo verbo *jogou*, havendo apenas uma estreita relação conceitual, o que garante a progressão textual. O verbo *jogou* passa por um processo de nominalização, logo *o jogo* é um referente novo, porque não retoma diretamente nenhum item específico no texto.

(9) “Meus pais eram duas crianças quando me tiveram logo depois se separaram, *ela* com 18 anos e *ele* com 20, contou o astro, que a partir daí, se revezou na casa de parentes” (revista CARAS, 11/05/07).

Nesse texto, a anáfora indireta de subtipo 6 está caracterizada pela presença de pronomes que também são considerados elementos anafóricos, portanto podemos dizer que são uma forma de referenciação. Os pessoais de terceira pessoa *ela* e *ele* não retomam de forma explícita nenhum referente, mas estão ancorados no elemento lexical anterior, *Meus pais*. Mesmo não havendo nenhum item lexical posterior que confirme as anáforas, a interpretação não fica comprometida, pois, quando nos referimos a “pais”, temos armazenado, em nossa memória, o conhecimento prévio de que se trata de uma mãe (*ela*) e de um pai (*ele*), logo essas duas expressões são os referentes novos introduzidos, de forma implícita, pelos pronomes *ela* e *ele* que desempenham papel de anáfora indireta.

(10) “Cheguei ao Kurotel num domingo à tarde... Quando cheguei para *a consulta*, *o médico* já estava de posse de uma batelada de exames que eu fui orientada a levar”. (revista Veja, Especial Mulher, junho/2007).

Nesse texto, podemos perceber que a expressão anafórica *o médico* remete à expressão *a consulta*, mas não a retoma, porque, quando falamos em fazer uma consulta, geralmente é com um médico, mas não necessariamente. Portanto, pode ser considerada uma possibilidade inferencial que se acha no léxico, assim como

também é um conhecimento social e culturalmente determinado, é uma proposição generalizada, comum a todos e, por essa razão, está armazenada em nossa memória enciclopédica. Esse conhecimento de mundo organizado nos auxilia na hora de selecionarmos quais elementos estão apresentando algum tipo de relação em determinado contexto. Assim, podemos dizer que a ligação que se faz entre a anáfora e sua âncora não depende somente de informações apresentadas no modelo textual, mas também da cultura do produtor e leitor do texto.

Os resultados dessas análises nos mostram que o papel da anáfora indireta é introduzir referentes novos que se ancoram em algum elemento, presente no co(con)texto sociocognitivo e semântico. A relação que estabelecemos entre a anáfora e sua âncora pode ser ativada, conforme os exemplos 05, 06, 07, 08, 09 e 10, por itens lexicais, pela relação conceitual existente entre a informação nova e a dada, pelas informações que o próprio modelo do mundo textual nos oferece ou ainda pela mobilização do nosso conhecimento de mundo, que nos permite estabelecer relações inferenciais entre a anáfora e sua âncora.

A anáfora indireta não retoma pontualmente um elemento já apresentado no texto, ou seja, não estabelece relação de correferência com sua âncora, como é o caso da anáfora direta, que retoma de forma explícita uma expressão já exposta no texto, conforme exemplos 03 e 04.

De acordo com os textos analisados, podemos observar que a anáfora indireta contribui para a ampliação do modelo textual, pois evoca e especifica referentes novos, ao mesmo tempo em que faz remissão constante aos mesmos domínios de referência, o que possibilita a continuidade temática do texto, garantindo, assim, a coerência e a progressão textual.

## CONCLUSÕES

Conforme discussões teóricas, observamos que, na busca pela construção de sentidos do texto, entram em jogo fatores que vão desde o conhecimento linguístico ao conhecimento de mundo do interlocutor. Esses fatores são extremamente importantes para que se consiga identificar o fenômeno da anáfora indireta, ou seja, auxiliam o leitor a compreender a ligação que se estabelece entre a informação nova e a dada.

Nos textos analisados, podemos perceber que, em algumas situações, como ocorre no exemplo 5, o processamento textual ocorre pela ativação do nosso conhecimento linguístico, o que nos possibilita reconhecer que elemento lexi-

cal faz sentido em relação a outro dentro de um determinado contexto. Em outros momentos, conforme o exemplo 6, podemos observar que alguns itens lexicais presentes no texto é que ativam o conhecimento de mundo, armazenado em nossa memória de longo prazo, o que possibilita uma ampliação do nosso conhecimento semântico e, com isso, conseguimos interpretar mais facilmente a relação existente entre a anáfora indireta e sua âncora.

Além do nosso conhecimento de mundo, as informações que o modelo do mundo textual nos oferece também são essenciais para que possamos estabelecer relações entre a anáfora e sua âncora. As informações vão surgindo de forma gradual, como podemos observar no exemplo 7, mas o leitor/ouvinte deve ter certo conhecimento do assunto tratado e ativar processos inferenciais para que possa estabelecer vínculos coerentes entre os referentes.

Por vezes, conforme exemplo 8, a ligação que se faz entre um elemento anafórico e sua âncora parte da estreita relação conceitual que existe entre ambos. Dessa forma, podemos dizer que, durante o processamento textual, os interlocutores constroem referentes, isto é, inserem no texto diversos elementos significativos. Somente com o modelo do mundo textual, aliado ao nosso conhecimento de mundo e potencial inferencial, é que conseguimos selecionar elementos significativos para a interpretação.

Assim, podemos concluir que o papel da anáfora indireta não está ligado à noção de correferencialidade nem à uma forma de retomar elementos já mencionados, como é o caso da anáfora direta. A anáfora indireta tem como principal característica a introdução de novos referentes que, por sua vez, não precisam, necessariamente, manter estabilidade ou identidade entre si para que o texto tenha continuidade temática e referencial, porque eles estão ancorados no universo textual.

Logo, com base em nossa análise e nos pressupostos teóricos, podemos dizer que a introdução de uma anáfora, ou seja, de um referente novo, além de ampliar o modelo textual, também faz remissão constante aos mesmos domínios de referência já estabelecidos do texto, o que possibilita a continuidade temática que, por sua vez, garante a coerência e a progressão textual.

Ainda, não podemos deixar de salientar que a progressão textual se realiza de maneira extremamente variada e dinâmica, visto que os objetos-de-discurso não são estáveis, pois são entidades alimentadas e reproduzidas por sujeitos ativos que transformam o real em referente, em função de um querer-dizer. Dessa forma, o texto se constrói por meio da ativação de conhecimentos e experiências dos interlocutores, assim como o sentido (coerência) está em nossa capacidade cognitiva.

**REFERÊNCIAS**

BESOZZI, Tommaso. **High School Musical: um romance adolescente**. São Paulo: Abril, 2006. cap. 8. p. 125.

CARAS. São Paulo: Editora Abril, n. 19, 11/05/2007. Edição 705.

ENJÓO EM ALTO MAR. **Zero Hora/ Viagem**, Porto Alegre, p. 4 jan. 2007.

KOCH, Ingedore Grunfeld Vilhaça. **A coesão textual**. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

\_\_\_\_\_. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Introdução à lingüística textual: trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Texto e coerência**. São Paulo: Cortez, 1989.

LULA ADMITE APOIAR OUTRO PARTIDO NA ELEIÇÃO DE 2010. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. capa maio 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina. **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 53-101.

NOVA ESCOLA. São Paulo: Editora Abril, n. 199, janeiro/fevereiro 2007.

PROGRAMA CONTRA GRAVIDEZ PRECOCE DEVE SER RETOMADO. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 32 jan. 2007.

QUEIRÓS, Eça de. **O Primo Basílio**. São Paulo: Klick, 1998. cap. VI. p. 213.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, jun. 2007. Edição Especial Mulher.